

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Pós Graduação em Gestão Estratégica em Finanças

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS
BANCOS BMG E MERCANTIL DO BRASIL**

FABIANA COSTA MARQUES

BELO HORIZONTE

2011

FABIANA COSTA MARQUES

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS
BANCOS BMG E MERCANTIL DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de especialização em Gestão Estratégica (Pós Graduação Latu Sensu) do CEPEAD/CAD/FACE da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do certificado de especialista em Finanças.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à banca examinadora em 24 de agosto de 2011.

Orientador: Professor Luiz Alberto Bertucci

BELO HORIZONTE

2011



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização e Gestão Estratégica

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do(a) Senhor(a) **Fabiana Costa Marques**, REGISTRO N° **2009748713**. No dia 24/08/2011, às 19:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização e Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS BANCOS BMG E MERCANTIL DO BRASIL**", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o orientador e Presidente da Comissão, Professor Luiz Alberto Bertucci, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

APROVADO

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (PRAZO MÁXIMO de 60 SESENTA DIAS)

() NÃO APROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo orientador e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 24/08/2011.

Prof. Luiz Alberto Bertucci
(Orientador)

Prof. Rubens Augusto de Miranda

Aos meus pais pelo apoio, e a minha irmã Fátima, este trabalho tem
muito do seu esforço e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Luiz Alberto Bertucci, pela atenção e dedicação despendida durante a realização deste trabalho.

A minha família por entender minha ausência para a conclusão deste trabalho, pelas madrugadas de pesquisa, por me dar apoio incondicional nas minhas escolhas.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa de análise da situação financeira e econômica de instituições financeiras de médio porte tendo como amostra dois bancos mineiros: BMG e Mercantil do Brasil. O objetivo desta pesquisa é mostrar a evolução dos resultados dos bancos citados nos últimos cinco anos, abordando inclusive os resultados anuais que abrangem o período da crise mundial. Para fundamentação da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico com os principais autores que abordam os temas de análise financeira e econômica e Sistema Financeiro nacional. Ao final da pesquisa serão explanadas considerações sobre os resultados encontrados.

Palavras chave: Análise de demonstrações contábeis, bancos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do crédito no Brasil.....	19
Figura 2: Expansão do mercado de empréstimos consignados	21
Figura 3: Balanço Patrimonial.....	25
Figura 4: Principais aspectos revelados pelos índices financeiros	27
Figura 5: Liquidez Imediata	28
Figura 6: Liquidez corrente	29
Figura 7: Liquidez Seca.....	29
Figura 8: Liquidez Geral.....	30
Figura 9: Endividamento Geral	31
Figura 10: Dependência Financeira.....	32
Figura 11: Imobilização dos capitais permanentes.....	32
Figura 12: Giro do ativo	34
Figura 13: Margem Líquida.....	34
Figura 14: Rentabilidade do ativo	35
Figura 15: Rentabilidade do Patrimônio Líquido	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados índices de liquidez BMG.....	38
Tabela 2: Resultados índices de liquidez MB	38
Tabela 3: Resultados da rentabilidade BMG	40
Tabela 4: Resultados de rentabilidade MB.....	40
Tabela 5: Situação econômica BMG	41
Tabela 6: Situação econômica MB	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BACEN – Banco Central do Brasil

BMG – Banco de Minas Gerais

BP – Balanço Patrimonial

DF – Dependência Financeira

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

EG – Endividamento Geral

GA – Giro do Ativo

ICP – Grau de Imobilização dos Capitais Permanentes

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

LI – Liquidez Imediata

LS – Liquidez Seca

MB – Mercantil do Brasil

ML – Margem Líquida

PDCP – Participação das dívidas de curto prazo sobre o Endividamento Total

RA – Rentabilidade do Ativo

RPL – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema da pesquisa	13
1.2 Justificativa	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
1.4 Estrutura do trabalho	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Caracterização do setor	17
2.1.2 O setor bancário brasileiro	17
2.2 O Banco BMG	22
2.3 O Banco Mercantil do Brasil	23
2.4 Estrutura das demonstrações contábeis	24
2.4.1 Balanço Patrimonial	24
2.4.2 Demonstração de Resultado do Exercício	25
2.5 Análise das Demonstrações Contábeis	26
2.5.1 Considerações iniciais	26
2.5.2 Situação financeira: Estrutura de liquidez	27
2.5.2.1 Liquidez Imediata	28
2.5.2.2 Liquidez Corrente	28
2.5.2.3. Liquidez Seca	29

2.5.2.4 Liquidez Geral	30
2.5.3 Estrutura de capitais	30
2.5.3.1 Endividamento Geral	31
2.5.3.2 Dependência Financeira	32
2.5.3.4 Imobilização dos Capitais	32
2.5.3 Situação Econômica	33
2.5.3.1 Giro do Ativo	33
2.5.3.2 Margem Líquida	34
2.5.3.3 Rentabilidade do ativo	34
2.5.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido	35
3. METODOLOGIA	36
3.1 Amostra	37
3.2 Período	37
4. RESULTADOS	38
4.1 Cálculo da liquidez	38
4.2 Cálculo da estrutura de capitais	39
4.3 Cálculo da situação econômica	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

O setor bancário possui na atual economia, uma função de suma importância que é o fornecimento de crédito para diversos segmentos da sociedade, incluindo investimentos para impulsionar a economia.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) possui uma regulamentação rígida, tendo o Banco Central do Brasil (BACEN) como um dos órgãos fiscalizadores e ainda reguladores da política monetária. Assim, alterações como o aumento na taxa básica de juros, mudanças na exigência de depósitos compulsórios, limitação em empréstimos consignados entre outros, afetam a atividade bancária com reflexo em seus resultados financeiros.

Há vários estudos sobre o desempenho dos maiores bancos atuantes no Brasil, principalmente em função das recentes fusões que promoveram ainda mais a concentração no setor. Este trabalho irá analisar as demonstrações financeiras de dois bancos de médio porte que não constam nas recentes fusões de instituições financeiras. Ambos possuem sede em Minas Gerais e que tem como um dos focos principais, a concessão de crédito para pessoa física.

A análise de balanços consiste em um minucioso exame das contas que compõem as demonstrações financeiras tomadas como objeto de análise. Processos de análise são técnicas utilizadas para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos relacionados com o patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários (RIBEIRO, 2001).

Será apresentado um breve resumo sobre a atuação dos bancos: Banco de Minas Gerais (BMG) e Mercantil do Brasil (MB), sua estrutura e ainda uma análise da evolução dos resultados nos últimos cinco anos, e ainda uma comparação dos resultados de cada banco comparando os índices que serão calculados a partir das demonstrações financeiras.

Também será feito uma revisão sobre a literatura acerca de métodos de análise de demonstrativos contábeis.

1.1 Problema da pesquisa

O sistema bancário possui uma função importante que é fornecer as modalidades de crédito necessárias para a realização de investimentos. O cenário econômico exerce forte influencia no comportamento bancário. Atualmente há um crescimento no acesso do segmento popular na procura por crédito o que induziu ao aumento de serviços voltados especificamente para esta população. Além disso, o trabalhador tem a opção de escolher em qual banco deseja receber o seu salário o que promoveu uma corrida para oferecer melhores serviços.

O setor bancário passou por um processo de constantes mudanças na última década. Houve uma grande reestruturação bancária em resposta à crise no setor ocorrida em 1992. Com a entrada de bancos estrangeiros, programas do governo para reestruturar o setor e recentemente o grande número de fusões, fizeram com que as instituições financeiras buscassem novos serviços, clientes, aquisições etc., para aumentar sua participação no mercado.

Os bancos escolhidos possuem uma forte atuação junto aos pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e também os funcionários públicos através da concessão de empréstimo consignado, e embora com características de funcionamento e serviços diferentes, representam de forma adequada os bancos de médio porte. Diante do exposto, este estudo propõe a problemática: *Análise financeira e econômica dos bancos BMG e Mercantil do Brasil.*

Para responder a análise, será exposta uma breve história da atuação dos bancos estudados, uma síntese da literatura sobre os índices financeiros que serão utilizados e as considerações sobre os resultados encontrados.

1.2 Justificativa

A contabilidade gerencial é amplamente utilizada para auxílio em decisões de investimentos, otimização de recursos, controle de custos e outras práticas que melhorem a dinâmica empresarial. No caso da análise de demonstrações contábeis, tanto a empresa, bem como credores, investidores, governo e outros grupos, tem interesse em conhecer o histórico da empresa para decisões como, por exemplo, políticas de crédito, aplicação de recursos etc. Os próprios bancos utilizam a análise para concessão de empréstimos a seus clientes.

A escolha pelas instituições bancárias como fonte da pesquisa, em especial bancos mineiros, foi motivada pelo bom desempenho atingido pelos bancos nos últimos anos, mesmo com a recente crise mundial que afetou diversos mercados. As fusões que ocorreram nos últimos anos provocaram debates nos meios econômicos, financeiros e na mídia em geral. Para Zapparoli (2000) a concentração dos negócios financeiros ocorreu de forma mais intensa a partir de 1994, época em que os dez maiores bancos brasileiros acumulavam 62,2% dos ativos do sistema financeiro do país, em 2000 esse número saltou para 72,8%. Especialistas debatem sobre as conseqüências e as causas dos lucros, e discutem os principais métodos de avaliação de desempenho financeiro para analisar os resultados.

A maioria dos estudos concentra-se nos cinco maiores bancos atuantes no Brasil, que inclusive são alvos constantes de fusões, compra de bancos menores dentre outros. Entretanto há uma lacuna para estudos de bancos menores, regionais ou que ainda trabalham com um nicho de mercado. Historicamente, Minas Gerais é o berço de

instituições que hoje são conglomerados financeiros. Este estudo irá avaliar dois bancos mineiros com sede em Belo Horizonte. Entre os serviços oferecidos, ambos investem nos empréstimos com desconto em folha de pagamento. Propõe-se avaliar o desempenho dos últimos cinco anos dos bancos BMG e Mercantil do Brasil através de técnicas de análise de balanços utilizadas para avaliação de empresas diversas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Avaliar o comportamento econômico e financeiro de bancos mineiros BMG e Mercantil do Brasil através das demonstrações financeiras dos últimos cinco anos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar comparativamente as demonstrações contábeis dos dois bancos ao longo dos últimos cinco anos;
- Elaborar uma revisão acerca do tema análise de demonstrações contábeis;
- Caracterizar e calcular os principais índices financeiros para verificar a evolução dos resultados anuais.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em cinco capítulos sendo que o primeiro se refere à introdução que contém o problema da pesquisa, a justificativa além dos objetivos gerais e específicos.

O capítulo dois apresenta o referencial teórico, nos quais é apresentado um breve resumo do funcionamento do setor bancário no Brasil bem como atuação dos bancos pesquisados em Minas Gerais, da literatura sobre métodos de análise financeira e quais indicadores de desempenho serão utilizados para exame dos dados.

O capítulo três descreve a metodologia utilizada para exame dos dados recolhidos, como os dados foram coletados, período das demonstrações utilizadas.

O capítulo quatro demonstra os resultados encontrados após a análise das demonstrações financeiras apresentando sua evolução ao longo dos anos.

Por fim, o capítulo cinco expõe as conclusões deste estudo focando nos objetivos apresentados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Caracterização do setor

2.1.2 O setor bancário brasileiro

Os bancos são agentes capazes de alterar as condições de liquidez da economia, possuindo uma grande influência sobre a economia. São instituições com fins lucrativos tendo com uma das principais fontes de renda a concessão de crédito. A maior parte do financiamento das empresas origina-se do crédito bancário, sendo a maior parte de curto prazo para suprir necessidades de capital de giro. (ASSAF Neto, 2007).

Financeiramente, crédito é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes (SANTOS, 2006).

No início da década de 90, o sistema bancário abriu as portas para a internacionalização do setor e sua respectiva consolidação. O governo justificava a abertura afirmando que haveria uma ampliação da oferta de crédito e serviços devido ao aumento na competitividade no setor. Assim:

A entrada dos bancos estrangeiros foi defendida em virtude da escassez de capitais nacionais e à maior eficiência e capacidade desses bancos em fortalecer as instituições, facilitar a capitalização dos bancos em desequilíbrio patrimonial e aumentar a concorrência na indústria bancária brasileira. (ARAUJO etc., 2006, p.563)

Com a entrada de bancos estrangeiros a partir de 1997, gerou uma expectativa de aumento da eficiência do setor, cobrados pelos bancos brasileiros em suas operações de crédito, os quais se encontravam entre os maiores do mundo (Silva, Oreiro e Paula, 2008, p. 201).

Assim:

Apesar das expectativas otimistas quanto aos supostos efeitos benéficos da redução da presença do Estado no setor bancário e da entrada de bancos estrangeiros, o processo de consolidação bancária no Brasil teve resultados aquém do esperado, quando não negativos, sobre a relação crédito/PIB e o custo da intermediação financeira. A relação crédito/PIB, por sua vez, se reduziu de 35% em junho de 1994 para cerca de 22% em outubro de 2002. Em outras palavras, observou-se no período supracitado uma involução do desenvolvimento financeiro da economia brasileira. (OREIRO, 2009, p. 1)

O Plano Real alterou a estrutura e o comportamento do sistema bancário no país. A política deste plano baseia-se intensamente em políticas monetárias e tributárias, seja através de recolhimento compulsório sobre o sistema bancário, seja pela elevação dos juros básicos da economia e ainda pelo aumento de cargas tributárias e criação de novos impostos. Os bancos usavam as receitas inflacionárias para aumentar seus lucros e financiar investimentos. Com a queda e controle da inflação, os bancos perderam uma importante fonte de receitas, verificando assim uma expressiva ampliação das operações de crédito (principalmente empréstimos), e das taxas bancárias.

Com a inflação controlada, planos de governo para reestruturar o setor, no início da década de 2000, o Brasil passou por um movimento comum nos sistemas financeiros de todo o mundo: a concentração da atividade bancária. Vários acordos de fusões foram firmados com a justificativa de economia de escala. Se de um lado as fusões, aquisições e incorporações tornaram os bancos menos vulneráveis uma vez que grandes conglomerados bancários são, em geral, mais diversificados; por outro lado aumentam o risco de crises sistêmicas. (Oreiro, 2009). Ainda sobre a atuação do governo:

A estabilidade monetária alcançada em 1994 produziu uma elevação permanente na demanda por crédito no Brasil. Tal elevação, aliada à perda dos ganhos inflacionários, pressionou a indústria bancária a aumentar sua eficiência operacional, abrindo caminho para um período de racionalização e consolidação. O governo brasileiro monitorou ativamente este processo, desenvolvendo programas destinados a proteger o interesse público, que incluíam medidas para assegurar a solvência do sistema, reduzir o papel de instituições estaduais, e aumentar a concorrência entre bancos privados. O governo brasileiro também reduziu as restrições à entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro e, em razão disto, verificou-se um significativo aumento da participação desses bancos na indústria. (BMG, 2011, acesso em 05/2011)

O gráfico abaixo apresenta a evolução do crédito em circulação nos balanços de empréstimos no sistema financeiro nacional, efetuados com fundos livres (não sujeitos as exigências de destinação específica) durante os períodos indicados:

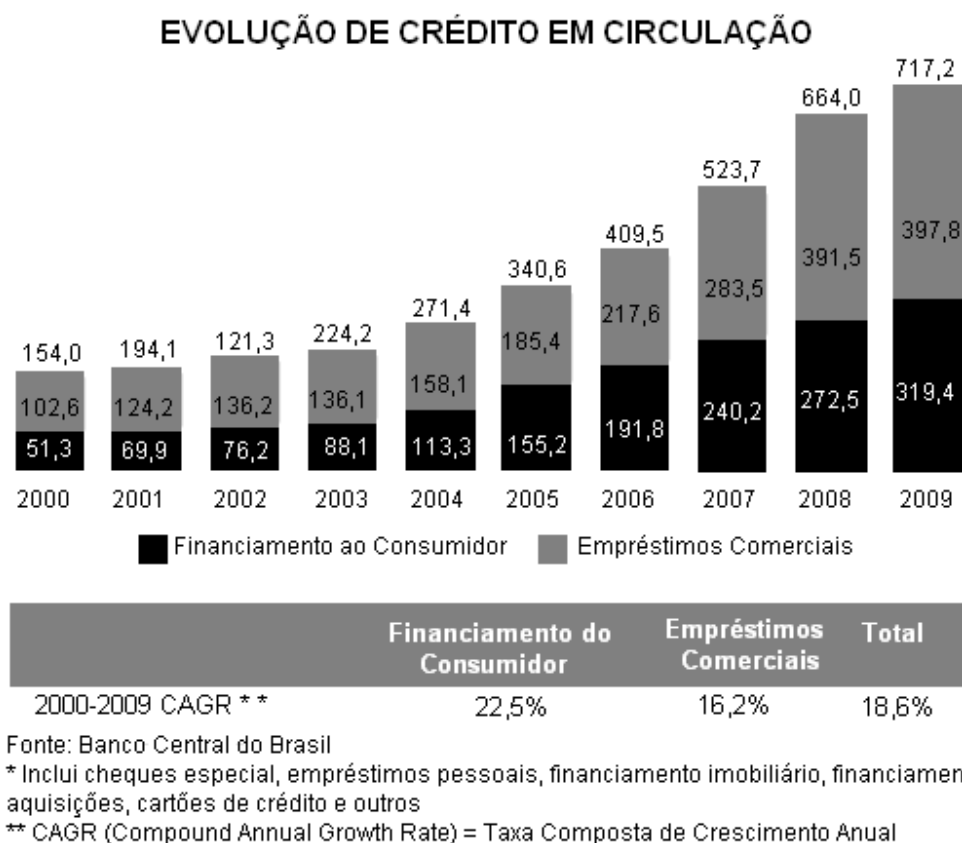


Figura 1: Evolução do crédito no Brasil
 Fonte: Banco central do Brasil

Este aumento no crédito possibilitou ao setor bancário brasileiro, altos ganhos registrados nos últimos anos. Com a concorrência aumentando e a necessidade de aumento de receitas tem-se um forte processo de concentração, onde os grandes bancos privados promovem aquisições de outras instituições de menor porte, com o objetivo principal de fincar posição no país ou consolidar uma posição já conquistada. Além disso a demanda por novos serviços fez com que novos nichos de mercado fossem explorados, como é o caso do mercado de empréstimos com desconto em folha de pagamento que vem apresentando um alto crescimento e será abordado a seguir.

2.1.2 O mercado de crédito

De acordo com Silva (1998), crédito é a entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento futuro por parte do cliente. O valor de crédito que uma pessoa tem é a sua capacidade de obter dinheiro, mercadoria ou serviço mediante o compromisso de pagamento num prazo futuro.

Para GONZÁLES e SAVOIA (2006) bancos que atuam com crédito tradicional ou crédito pessoal sem direcionamento (que não tem que informar como irá utilizar o dinheiro) ou ainda créditos com desconto em folha de pagamento têm 70% de seus ativos concentrados em contas de operações de crédito. Eles se dedicam a intermediação entre agentes superavitários, poupadores ou credores, e agentes deficitários, devedores de todos os portes.

Especificamente no caso dos empréstimos com desconto em folha de pagamento (consignado) os bancos passaram a investir maciçamente nesta modalidade. Os empréstimos consignados consistem na concessão de empréstimos com o pagamento feito a partir da folha de pagamento. Segundo Amado (2007, p.269):

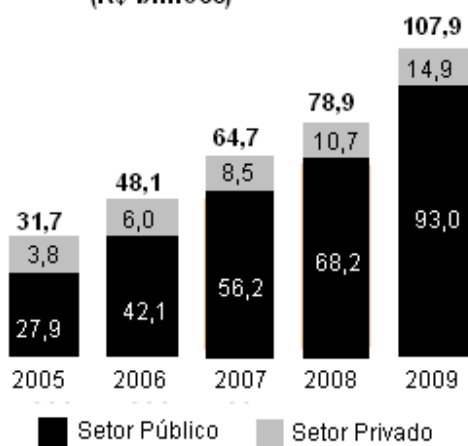
Empréstimos em folha de pagamento proporcionam um adiantamento percentual do dinheiro a ser recebido do empregador: quando o dia do pagamento chega, o empregador recebe o pagamento diretamente. A diferença entre a quantidade emprestada e a quantidade recebida constitui o retorno do empregador mais qualquer tarifa cobrada.

A vantagem para os bancos neste tipo de empréstimo é que o recebimento tem uma garantia muito maior que os empréstimos convencionais. Para evitar que o consumidor comprometa toda renda com empréstimos, o BACEN em sua circular 3.522 (2011) vedou às instituições financeiras a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições. Assim, fica a cargo do cliente escolher em qual banco ele quer solicitar este tipo de empréstimo.

Já o INSS emitiu a instrução normativa nº28 (INSS, 2010), que concentra todas as normas referentes ao empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Entre as normas previstas, estão à margem consignável, que é o valor máximo da renda a ser comprometida, que não pode ultrapassar 30% do valor da aposentadoria ou pensão recebida pelo beneficiário, dividida da seguinte forma: 20% da renda para empréstimos consignados e 10% exclusivamente para o cartão de crédito. O número máximo de parcelas é de 60 meses.

Com a reabertura do mercado para os empréstimos com desconto em folha de pagamento, ocorreu um aumento gradativo nestas operações no Brasil como é demonstrado abaixo:

**EXPANSÃO DO MERCADO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NO BRASIL
(R\$ bilhões)**



Fonte: Banco Central do Brasil

Figura 2: Expansão do mercado de empréstimos consignados

Um dos focos das instituições financeiras é os pensionistas do INSS e também os funcionários públicos que por terem uma renda garantida são tidos como de menor risco. Os bancos utilizados nesta pesquisa: BMG e Mercantil do Brasil, embora trabalhem com diversos serviços financeiros, tem atenção especial ao crédito consignado e serviços direcionados ao público citado. Uma síntese sobre a história e funcionamento dos bancos será apresentada para que possa embasar a análise dos resultados financeiros dos últimos cinco anos.

2.2 O Banco BMG

O banco BMG é uma instituição financeira privada que faz parte do grupo BMG sendo fundado em 25 de março de 1965 segundo a lei de Sociedades Anônimas. Segundo informações no site da empresa; em março de 1985, a empresa de financiamento ao consumidor, então chamada BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, adquiriu 61,83% do capital de um banco comercial denominado Brasilinvest Banco Comercial S.A., o qual passou a chamar-se BMG Banco Comercial S.A. Em dezembro de 1988, a BMG Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento tornou-se um banco múltiplo e, em abril de 1989, sua denominação foi alterada para Banco BMG S.A. Em julho de 1991, o BMG aumentou sua participação no BMG Banco Comercial S.A. para 99,65% das ações ordinárias e 98,73% das ações preferenciais deste. Em 1993, o BMG Banco Comercial S.A. foi incorporado pelo Banco BMG S.A.

Até o início da década de 90, as operações do BMG eram focadas no financiamento do atacado e varejo relacionado à indústria do transporte. Juntamente com suas subsidiárias, as quais eram administradas e operadas de forma integrada com o banco, o banco oferecia serviços de arrendamento mercantil principalmente para empresas operando na indústria do transporte, e oferecia empréstimos e arrendamentos a pessoas físicas, para a aquisição de veículos novos e usados. Após a crise econômica e financeira da Ásia em 1997, e a crise da moeda ocorrida na Rússia em 1998, o banco BMG optou por reduzir de modo significativo sua exposição neste negócio. Em 1999, o banco passou a concentrar seu foco na concessão de empréstimos consignados a funcionários do setor público.

Como estratégia de crescimento o banco passou a efetuar a cessão de empréstimos (ou cessão de créditos) para outras instituições financeiras e também para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Neste tipo de acordo, o BMG assume o compromisso de recomprar dos cessionários as parcelas inadimplentes, ou ainda o montante total do valor dos empréstimos cedidos e não pagos. No site o banco explica esta atuação informando que: As cessões de crédito permitem ao BMG transformar o valor dos

empréstimos cedidos em caixa, concentrando os fundos na criação de novos empréstimos. As cessões de crédito possuem um papel importante na estratégia de captação do banco proporcionando liquidez, além de um considerável impacto na demonstração de resultado.

Atualmente o BMG é reconhecido como um dos principais bancos provedores de empréstimos consignados para empresas do setor público e pensionistas do INSS.

2.3 O Banco Mercantil do Brasil

O banco Mercantil do Brasil foi fundado na década de quarenta, na cidade de Curvelo, centro-norte do estado de Minas Gerais, por empresários locais, e na década de 50 teve a transferência da sede para Belo Horizonte, fundamentada na filosofia de crescimento sustentado.

O banco faz parte do grupo Mercantil do Brasil que além do banco, possuem empresas de corretagem, arrendamento mercantil, investimentos, todos com a marca Mercantil. Segundo o site da empresa o banco vem apresentando crescimento constante nos últimos anos sendo que apenas em 2010 o ativo total consolidado do Mercantil do Brasil alcançou o montante de R\$ 9,5 bilhões, crescimento de 20,5% nos últimos doze meses. Os ativos circulantes atingiram R\$ 6,3 bilhões, 34,8% superiores aos passivos de curto prazo.

O banco Mercantil do Brasil é uma empresa de médio porte com atuação que destaca o mercado de varejo. Atua nos principais segmentos financeiros, de investimento, de intermediação de títulos e valores mobiliários. No detalhamento das demonstrações contábeis de 2009, a empresa cita que arrematou cinco de seis lotes de concessão de direitos de exclusividade de pagamento de benefícios do INSS relativos aos estados de Minas Gerais e São Paulo, e também na concessão de empréstimo consignado, o que reforça o foco da pesquisa deste trabalho acerca dos dois bancos pesquisados.

2.4 Estrutura das demonstrações contábeis

A lei das Sociedades por Ações 6.404, alterada pela lei 11.638/07 determina a estrutura básica das demonstrações financeiras. A legislação fiscal tornou essas determinações obrigatórias também para os demais tipos de sociedade. Portanto:

“Por força da Lei nº 11.638/07, as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de Sociedade por Ações de capital aberto, deverão seguir as disposições da lei societária, que fora alterada pela referida lei no que tange a escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente (Szuster *et al*, 2009, p.49).”

São várias demonstrações contábeis obrigatórias, entretanto para utilização das técnicas de análise faz-se necessário discorrer brevemente sobre duas demonstrações o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) que serão as demonstrações utilizadas nesta pesquisa.

2.4.1 Balanço Patrimonial

É a demonstração que representa todos os bens e direitos das empresas, denominado como Ativo, assim como as obrigações são designadas como Passivo. A diferença é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, seja por meio de recursos trazidos de fora da empresa, seja por operações geradas nas operações da empresa. “O Balanço Patrimonial é a demonstração destinada a evidenciar, resumidamente, o patrimônio da entidade, quantitativa e qualitativamente”, afirma Ribeiro (2002, p.234). Szuster *et al* (2009, p.49) colabora: “O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade em determinado momento, ou seja, apresenta a estrutura patrimonial como uma fotografia dos bens, direitos e obrigações de uma entidade em determinada data”.

A estrutura básica do Balanço Patrimonial é apresentada na figura abaixo:

Aplicações	ATIVO	PASSIVO	Origens
	Bens e direitos	Obrigações	
		Patrimônio líquido	

Figura 3: Balanço Patrimonial

Fonte: Marion (2009), adaptado pela autora do trabalho.

O balanço apresenta duas colunas. O lado esquerdo, denominado ativo registra todos os bens e direitos de uma organização em ordem crescente de liquidez. Já no lado direito, denominado de passivo são alocados as obrigações da empresa e o patrimônio líquido. Marion (2009) destaca que o passivo também é conhecido como origem de recursos, pois é dele que as organizações buscam recursos para operacionalizar as suas atividades. Já no caso do ativo ele também é denominado como aplicação de recursos, pois evidencia onde foram aplicados os recursos da entidade. Ribeiro (1999, p. 53) enfatiza que “ao analisar um Balanço Patrimonial você visualiza o montante dos recursos totais que estão à disposição da entidade”.

2.4.2 Demonstração de Resultado do Exercício

A demonstração de Resultado do Exercício – DRE é “um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período demonstrando as receitas subtraídas das despesas.” (Iudícibus, 2009, p.39). Matarazzo (1995, p. 47) completa:

“A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento no Ativo, através da entrada de elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o Ativo, aumenta o Patrimônio Líquido. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível.”

Na DRE visualizamos as receitas e despesas da empresa sintetizando os resultados operacionais e não operacionais da empresa. Ela evidencia de forma ordenada, todas as receitas e despesas incorridas pela entidade durante determinado período, ou seja, o resultado obtido em determinado tempo. (Szuster *et al*, 2009)

2.5 Análise das Demonstrações Contábeis

2.5.1 Considerações iniciais

A análise dos demonstrativos contábeis através de índices é uma das formas mais utilizadas para avaliação da situação financeira e econômica de uma empresa. (MATARAZZO, 2003).

Entre os principais objetivos da utilização da análise por índices, destaca-se:

- Mensurar a saúde financeira total do negócio.
- Endereçar as principais áreas de negócios que afetam lucratividade da empresa e sua força de ganhos.
- Avaliar a posição de liquidez da empresa, bem como a situação do fluxo de caixa.
- Identificar uma condição de alavancagem da empresa (mix de endividamento de sua estrutura financeira)
- Contribuir para avaliação total do risco creditício: os coeficientes identificam, até certo ponto, se a condição financeira de uma empresa a torna um “bom” ou “mal” risco de crédito. (BLATT, 2001, p.62)

Ao aplicar os índices em mais de um exercício social é possível relatar o comportamento econômico e financeiro de uma ou mais organizações, comparar resultados e ainda traçar tendências acerca de seu comportamento futuro.

Matarazzo (2003) cita uma sugestão de subdivisão dos índices para a análise dos resultados contábeis: a análise da situação financeira e a análise da situação econômica conforme demonstrado abaixo:



Figura 4: Principais aspectos revelados pelos índices financeiros
 Fonte: Matarazzo (2003) adaptado pela autora

Conforme descrito acima, os índices da situação financeira são divididos em índices de estrutura de liquidez e de capitais, enquanto que a situação econômica evidencia a rentabilidade ou resultados.

2.5.2 Situação financeira: Estrutura de liquidez

Os índices são “utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem a capacidade para saldar seus compromissos”. (MARION, 2002, p.83). Mostram a capacidade da empresa em honrar os compromissos com terceiros.

De uma maneira geral, define-se que quanto maior a liquidez, melhor será para a empresa. (Suster *et al*,2009) Entretanto um alto índice não indica que a empresa está em uma boa situação financeira, pois para isso é necessária uma correta administração dos prazos de recebimento e pagamento. Como exemplo, se uma empresa tem um alto índice de liquidez, mas mantém estoques elevados, ou ainda conserva incobráveis em sua conta clientes, poderá ter dificuldades para honrar seus compromissos.

Para o exame da liquidez, os resultados são relacionados com o prazo imediato, curto e longo prazo. Os coeficientes de liquidez são: Liquidez imediata (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS) e Liquidez Geral (LG). Uma breve explicação sobre cada um será exposta a seguir.

2.5.2.1 Liquidez Imediata

É um índice que expressa o quanto a empresa em sua conta de disponibilidades para pagar as dívidas vencíveis em curto prazo.

A liquidez imediata é representada pelo seguinte expressão:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 5: Liquidez Imediata
Fonte: Assaf Neto (2009 p.93)

Segundo Matarazzo (2003) ele demonstra quanto à empresa possui de disponibilidades para cada \$1,00 de Passivo circulante, frisando que quanto maior, melhor para a empresa. É importante destacar que uma melhora no resultado na liquidez imediata indica que ou a empresa teve um aumento superior das disponibilidades em relação às obrigações contidas no passivo circulante, ou ainda houve uma redução nos valores das contas do passivo circulante em relação às disponibilidades.

2.5.2.2 Liquidez Corrente

Representa o quanto de direitos existe no ativo circulante para cobrir as obrigações existentes no Passivo Circulante da empresa. Quanto maior a liquidez corrente, maior será a capacidade da empresa de financiar suas necessidades de capital de giro. “Este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo”. (IUDICIBUS, 1998, P.100). É representado por:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 6: Liquidez corrente
Fonte: Assaf Neto (2009 p. 94)

Quando o índice de liquidez for maior que um, o Capital Circulante Líquido (CCL) da empresa é positivo. Quando a LC é igual à zero, seu CCL é nulo e quando a LC for menor que um, a empresa apresenta um CCL negativo, define Assaf Neto (2006).

2.5.2.3. Liquidez Seca

É um índice mais conservador, pois ao verificar a situação de liquidez, há itens no ativo circulante que são mais difíceis de transformar-se em dinheiro disponível para cobrir as obrigações de curto prazo. Silva (1995, p.227) enfatiza que a liquidez seca “indica quanto à empresa possui em dinheiro, mais aplicações financeiras a curto prazo, mais duplicatas a receber, para fazer frente a seu passivo circulante.”

A forma de calcular a liquidez seca é a seguinte:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Disponibilidades} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 7: Liquidez Seca
Fonte: Assaf Neto (2009, p. 96)

O índice de liquidez seca tende a ser mais rigoroso, pois elimina os estoques e a amortização de despesas antecipadas, indicando a real disponibilidade para fazer frente às obrigações de curto prazo. (Szuster, *et al*, 2009). Ao subtrair os valores dos estoques, eliminam-se as distorções que a avaliação de estoques poderia acarretar, principalmente quando o critério de avaliação altera em longos períodos. (Assaf Neto, 2009).

2.5.2.4 Liquidez Geral

Avalia a capacidade da empresa em quitar suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazo com os recursos disponíveis também a curto e longo prazo. Resultados maiores do que um, indicam que a empresa tem capacidade para honrar suas dívidas de curto e longo prazo, do contrário, a organização tem que reavaliar a sua captação de recursos e controle de custos.

O resultado do índice de liquidez geral demonstra a segurança financeira da empresa em honrar seus compromissos no longo prazo. Silva (1995, p.221) conclui que “O índice de liquidez geral indica o quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face as suas dívidas totais”. É expresso por:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Figura 8: Liquidez Geral
Fonte: Assaf Neto, 2009, p.96

2.5.3 Estrutura de capitais

Permite avaliar como as organizações mantêm os níveis de sua estrutura de capitais em termos de obtenção e aplicação de recursos. São conhecidos também por avaliar o passivo permanente. É usual que os índices sejam expressos em termos percentuais. Os quocientes de endividamento relacionam as fontes de fundo entre si, e retratam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros (Assaf Neto, 2009). É importante frisar que mesmo instituições financeiras que são vistas como credoras, possuem dependência de capital de terceiros como qualquer outra empresa.

A interpretação mais usual para os indicadores de endividamento é que quanto maior o índice, pior é a situação da empresa. Segundo Ribeiro (1999, p. 133)

Os quocientes de estrutura de capitais servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, sendo calculados com base em valores extraídos do Balanço Patrimonial.

São os capitais de terceiros que financiam a maior parte das atividades das empresas, entretanto uma dependência quase exclusiva destes capitais pode acarretar problemas futuros para pagamentos. Os quocientes de endividamento abordados serão Endividamento Geral (EG), Dependência Financeira (DF), Grau de Imobilização dos Capitais Permanentes (ICP) e o Quociente de Participação das dívidas de curto prazo sobre o Endividamento Total (PDCP). O índice de endividamento oneroso que mede relação de captação de recursos junto às instituições financeiras em relação ao capital próprio da organização não será abordado visto que o estudo tem foco nos próprios bancos.

2.5.3.1 Endividamento Geral

Este índice relaciona o quanto à empresa tomou de empréstimo em relação ao seu capital próprio. Para avaliar o passivo contraído, utilizam-se as dívidas de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido (Assaf Neto, 2006). É representado por:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Figura 9: Endividamento Geral
Fonte: Assaf Neto, (2009, p. 97)

É importante destacar que um comprometimento muito elevado com o capital de terceiros pode no longo prazo, comprometer a situação financeira e econômica da organização.

2.5.3.2 Dependência Financeira

A expressão que define o cálculo é:

O resultado evidencia o quanto do ativo da empresa é financiado por recursos de terceiros e o quanto é financiado por recursos próprios. (Assaf Neto, 2006). É representado por:

$$\text{Dependência Financeira} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Figura 10: Dependência Financeira
Fonte: Assaf Neto, 2006 p.165

Toda empresa precisa de capital de terceiros pois é ele que financia várias contas do ativo. Porém, quanto menor a depende

2.5.3.4 Imobilização dos Capitais

Identifica o quanto de recursos de longo prazo da empresa estão imobilizados ou seja, o índice desses recursos que esta financiando o ativo permanente. A fórmula que indica o valor é:

$$\text{Imobilização dos Capitais Permanentes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Figura 11: Imobilização dos capitais permanentes
Fonte: Assaf Neto (2006 p. 165) adaptador pela autora

O resultado mostra como as empresa emprega as origens dos recursos obtidos e como os aplica. Como o ativo permanente tende a ser uma aplicação com um retorno lento, é melhor

que eles tenham como origem o capital dos acionistas, pois seus custos são mais baixos. Quanto menor este índice, melhor será para a empresa. (Matarazzo, 2002).

2.5.3 Situação Econômica

Os índices da situação econômica “demonstram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quando renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa (Matarazzo, 2003, p.175)”.

São chamados também de índices de lucratividade por que reflete o quanto da receita sobra para compor o resultado da empresa em determinado período (Szuster *et tal*, 2009). Para efetuar os cálculos é necessário utilizar valores provenientes da DRE. É importante observar que muitos conceitos de lucro podem ser utilizados como, por exemplo, lucro líquido, operacional, bruto dentre outros. Para efetuar os cálculos deve-se atentar para a coerência entre o numerador e denominador do índice. Como exemplo, se utilizarmos o lucro líquido no numerador, utilizaremos o total do ativo no denominador. Os índices calculados serão Giro do Ativo (GA), Margem Líquida (ML), Rentabilidade do ativo (RA), e a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL).

2.5.3.1 Giro do Ativo

Evidencia a proporção entre o volume das vendas e os investimentos totais efetuados na empresa. O volume de vendas indica o sucesso de uma empresa e o índice de rotatividade ou giro do ativo evidencia a eficiência com que a empresa utiliza os seus ativos para gerar mais valores em vendas. (Marion, 2002).

O indicador mostra “o número de vezes que o ativo total da empresa transformou-se em dinheiro em determinado período em função das vendas realizadas. (Assaf Neto, 2006, p. 241)”. É expresso pela fórmula:

$$\text{Giro do Ativo / Rotatividade} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Figura 12: Giro do ativo
Fonte: Matarazzo (2002 p.176)

2.5.3.2 Margem Líquida

Também conhecido como margem de Lucratividade, mostra a eficiência da empresa na administração dos seus custos para obter uma melhor margem sobre as vendas. Pode-se afirmar que quanto maior o valor do índice, maior será a capacidade da empresa de gerar recursos para atender as perspectivas dos acionistas e credores, e também de gerar recursos adicionais para manter e ampliar a capacidade produtiva. É expresso pela fórmula:

$$\text{Margem Líquida / Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Figura 13: Margem Líquida
Fonte: Matarazzo, 2002 p. 177

Além do valor encontrado, é necessário ficar atento para as contas que influenciam tanto as vendas líquidas, quanto as contas da DRE que influenciaram no resultado.

2.5.3.3 Rentabilidade do ativo

Exibe o grau de recuperação dos ativos da empresa. É uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim, ter como capitalizar-se. A fórmula que representa este índice é:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}$$

Figura 14: Rentabilidade do ativo
 Fonte: Matarazzo (2002 p.178)

Matarazzo (2002, p.178) afirma que “o índice de rentabilidade do ativo indica quanto à empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total, sendo quanto maior, melhor.”

2.5.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Indica qual a taxa de rendimento do capital próprio, logo é comum o índice ser apresentado em porcentagem. Para isso, basta multiplicar o resultado por cem. O valor encontrado pode ser comparado com outros rendimentos do mercado, atestando se a rentabilidade da empresa é superior ou inferior ao do mercado. A forma de cálculo é:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Figura 15: Rentabilidade do Patrimônio Líquido
 Fonte: Matarazzo, (2002 p.180)

Matarazzo (2002, p.180) enfatiza que “a validade pura e simples do valor do lucro líquido de uma empresa não é esclarecedora”. É preciso comparar este índice com as despesas incorridas no exercício comparando o

3. METODOLOGIA

Considerando a problemática levantada, na elaboração da pesquisa será utilizado o método indutivo, visto que, partindo-se da análise de demonstrações contábeis de empresas específicas, pretende-se analisar comparativamente o desempenho financeiro de bancos com sede em Minas Gerais. Este método tem a vantagem de proporcionar o conhecimento do todo com base em amostras de estudo. Para isso, o método de procedimento de pesquisa será o comparativo, onde as demonstrações de um mesmo período de tempo em empresas do mesmo setor serão avaliadas.

Para a efetivação do trabalho, torna-se necessário que se compreenda a teoria que trás subsídios teóricos e o conteúdo que envolve as áreas de conhecimento. Assim:

O caráter da pesquisa deve apoiar-se em um tripé, representado pelo domínio do conhecimento específico e conceitual, o domínio da metodologia a ser seguida e o domínio sobre as técnicas e instrumentos de apoio à realização da pesquisa. (Seabra, 1997. p.30-31).

LAKATOS; MARCONI (2001, p.92) esclarece ainda que “após a definição do método de abordagem da pesquisa, torna-se fundamental a escolha do método do procedimento, que irá instrumentalizar as etapas mais concretas da pesquisa”.

O trabalho será desenvolvido por meio de seleção de livros, artigos de revistas e jornais, leitura e interpretação das obras selecionadas e confronto dos dados coletados dos bancos BMG e Mercantil do Brasil. LAKATOS; MARCONI (2001, P.110) comenta que: “A citação das principais conclusões que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar compromissos.” Ao final da pesquisa, analisados os dados coletados e comparando com os valores encontrados, será possível verificar a condição financeira e econômica dos bancos pesquisados.

3.1 Amostra

Para o trabalho proposto foram selecionados os bancos BMG e Mercantil do Brasil que tem sede em Minas Gerais e tem como um dos principais focos a concessão de crédito consignado. Os bancos são tratados pelos seus respectivos nomes visto que as informações utilizadas são públicas estando divulgadas no site das respectivas empresas. A coleta de dados foi feita no próprio site dos bancos ou ainda em sites especializados na divulgação de demonstrações contábeis.

3.2 Período

O período selecionado para a realização desta pesquisa foram os anos de 2005 até 2010, utilizando as demonstrações contábeis anuais divulgadas pelos bancos de forma consolidada. Este período engloba inclusive o auge de crise mundial vivida entre 2008 até meados de 2009.

Ao final da pesquisa, analisados os dados coletados e comparando os índices encontrados, será possível uma comparação entre os resultados obtidos pelas duas instituições financeiras estudadas e a evolução destes dados.

4. RESULTADOS

4.1 Cálculo da liquidez

Segue o resultado do calculo da liquidez dos dois bancos pesquisados:

Quocientes de Liquidez BMG						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
LG	2,39	1,26	1,23	1,37	0,75	1,25
LC	1,82	1,67	1,29	2,18	1,33	1,33
LS	1,58	1,40	1,07	1,59	1,03	1,06
LI	0,01	0,03	0,03	0,04	0,01	0,02

Tabela 1: Resultados índices de liquidez BMG

Fonte: Elaborado pela autora

Quocientes de liquidez MB						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
LG	1,08	1,08	1,06	1,07	1,06	1,07
LC	1,32	1,42	1,36	1,60	1,46	1,53
LS	1,22	1,31	1,28	1,52	1,38	1,43
LI	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02

Tabela 2: Resultados índices de liquidez MB

Fonte: Elaborado pela autora

De forma geral, apresenta índices satisfatórios, pois ambas apresentam liquidez para cumprir com as obrigações de curto prazo. Comparando os valores encontrados:

- Em relação à Liquidez Geral, o banco BMG apresenta valores mais altos embora não mantenha os percentuais constantes ao longo dos anos, característica que é observada no banco Mercantil do Brasil. A principio podemos afirmar que os dois bancos encontram-se satisfatoriamente estruturados do ponto de vista financeiro possuindo solidez financeira para cobrir com os compromissos de curto e longo prazo. Para uma análise mais detalhada, faz-se necessário averiguar as datas de vencimentos dos recebíveis no ativo circulante e não circulante conjugando-os com as datas das obrigações. Há também que se verificar dívidas

e valores a receber junto às controladas e acionistas que muitas vezes não tem prazo de vencimento. Nos bancos estudados, apenas o BMG tem este tipo de crédito, mas em valores que não comprometem a análise.

- A liquidez corrente aponta a existência ou não do Capital Circulante Líquido na empresa, sendo uma medida de solvência. Para valores superiores a um, indicará a existência de uma folga financeira, assim a empresa pode realizar transações sem prejudicar sua liquidez. Porém, mesmo que a empresa apresente um valor de liquidez corrente maior do que um, em certos momentos, devido aos prazos de pagamento, não dispor de dinheiro suficiente para cobrir o valor. Comparando os valores encontrados, o banco Mercantil possui melhor liquidez corrente, com crescimento de forma constante ao longo dos últimos cinco anos. O BMG apresenta índices inconstantes com uma queda significativa de 2008 para 2009 mantendo-se em 2010.

- Em relação à liquidez seca, mais uma vez o banco Mercantil apresenta valores em ascensão. O banco BMG manteve este índice em níveis regulares nos últimos três anos. Os próprios bancos utilizam bastante este quociente para avaliar a liquidez de uma empresa.

- Na liquidez imediata, ambos apresentam valores próximos de zero o que é aceitável devido à atividade bancária ter como uma das principais características manter os investimentos em médio-longo prazo. Ressalta-se que avaliar a liquidez imediata é imprescindível apenas para empresas que tem sua continuidade comprometida.

4.2 Cálculo da estrutura de capitais

Sobre o resultado da análise de estrutura de capitais os valores encontrados foram:

Quocientes de Rentabilidade BMG						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EG	2,03	3,60	3,97	2,57	3,73	3,90
DF	0,41	0,78	0,80	0,72	0,79	0,80
ICP	0,06	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01
PDCP	0,90	0,47	0,56	0,35	0,52	0,51

Tabela 3: Resultados da rentabilidade BMG

Fonte: Elaborado pela autora

Quocientes de Rentabilidade MB						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EG	7,51	8,93	11,89	11,13	12,42	12,22
DF	0,88	0,90	0,92	0,92	0,92	0,92
ICP	0,08	0,06	0,05	0,03	0,03	0,02
PDCP	0,65	0,58	0,57	0,48	0,51	0,47

Tabela 4: Resultados de rentabilidade MB

Fonte: Elaborado pela autora

- No caso do endividamento geral, o Mercantil apresenta altos valores de endividamento com um crescimento muito alto se compararmos 2005 com o ano de 2010 evidenciando sua dependência do capital de terceiros. O Banco BMG por apresentar índices menores oferece uma vulnerabilidade menor inclusive mantendo os valores constantes.

- Os dois bancos possuem índices de dependência financeira semelhantes, com ligeira vantagem para o BMG que possui dependência menor, mas que se comparados com o total do ativo, não oferecem um risco muito alto.

- No caso da imobilização do capital permanente, os bancos mantêm valores próximos de zero, pois os investimentos se concentram em ativos de média liquidez e quase não há alocação de valores em recursos de baixa liquidez principalmente aqueles vistos em empresas tradicionais como maquinas e equipamentos e também imóveis, ficando evidente que o banco BMG tem suas reservas alocadas no setor de crédito rápido e praticamente não possui um índice significativo no ativo permanente.

- Por fim, ao analisar a Participação das dívidas de curto prazo sobre o Endividamento, os bancos possuem índices baixos o que é favorável visto que quanto maior o prazo para pagar as obrigações melhor para a empresa.

4.3 Cálculo da situação econômica

Os valores calculados foram:

Situação Econômica BMG						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
GA	0,25	0,21	0,29	0,15	0,20	0,22
ML	0,38	0,27	0,26	0,23	0,25	0,24
RA	0,10	0,06	0,08	0,03	0,05	0,05
RPL	0,48	0,26	0,38	0,12	0,24	0,26

Tabela 5: Situação econômica BMG
Fonte: Elaborado pela autora

Situação Econômica MB						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
GA	0,08	0,06	0,07	0,07	0,09	0,06
ML	0,05	0,06	0,07	0,09	0,06	0,25
RA	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
RPL	0,03	0,04	0,07	0,08	0,07	0,19

Tabela 6: Situação econômica MB
Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar os dados podemos verificar que:

- O giro do ativo de ambos os bancos, apresentaram resultados aquém do esperado, pois possuem um giro de vendas, no caso, resultados de serviços prestados, que ao ser comparado com o total do ativo, deram valores baixos. Os dois possuem resultados constantes o que pode indicar um alto custo das despesas com as intermediações financeiras.

- Para a margem líquida, no caso específico do Mercantil, foi verificada uma elevação significativa nos resultados de 2010 demonstrando o aumento nos lucros observados nas

demonstrações financeiras, visto que, se comparado com os resultados do BMG, praticamente igualou aos resultados do segundo. Já no caso do BMG, apresentou valores maiores, mas ambos indicam que o volume de venda foi suficiente para cobrir os custos.

- Em relação à rentabilidade do ativo, os valores apresentados mostram que o lucro final, se comparado com o valor do ativo está bem abaixo do esperado. Uma das razões é o alto custo das despesas financeiras e despesas operacionais o que diminui de forma significativa os lucros das empresas. É importante frisar que no caso do Mercantil, os valores estão próximos de zero, o que pode indicar uma gestão ineficiente de recursos e alto custo com a mão de obra empregada no banco.

- Finalizando com a rentabilidade do PL, fica claro que o BMG apresenta um lucro muito maior do que o Mercantil o que é um possível reflexo de uma gestão de custos mais eficiente, chegando em alguns anos (exemplo em 2009) ser quatro vezes maior que o Mercantil. Embora os resultados de 2010 do MB tenham sofrido uma alavancagem, ainda não há como afirmar que este desempenho será mantido para os próximos anos, sendo necessário acompanhar os próximos anos para constatar se é uma tendência de crescimento ou foi um movimento isolado do ano de 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a recente crise mundial, os bancos vêm apresentando resultados financeiros positivos com tendências de crescimento. Há vários estudos que demonstram os resultados financeiros e econômicos dos maiores bancos no país evidenciando que o setor mantém um papel de destaque na economia brasileira.

Verificando as demonstrações financeiras, fica claro que os investimentos voltados ao varejo aumentaram de forma significativa e principalmente com o acesso das classes populares a demanda pelo crédito e conseqüente aumento no faturamento dos bancos aumentou bastante.

Os valores analisados apontam que o banco BMG apresentou melhores resultados se comparados com o banco Mercantil principalmente no resultado final evidenciado na demonstração de resultado, principalmente no alto custo das despesas com intermediações financeiras e operacionais apresentadas pelo banco Mercantil do Brasil.

Finalizando, os resultados encontrados dos bancos BMG e Mercantil do Brasil, apresentam um estudo embasado em torno das demonstrações financeiras divulgadas anualmente. É necessário um estudo mais aprofundado sobre as instituições como, por exemplo, o nicho de mercado, detalhamento das despesas operacionais, prazos dos vencimentos dos recebíveis e obrigações e outros indicadores de desempenho para avaliar melhor os resultados encontrados explicando melhor os resultados encontrados e seu impacto sobre o lucro final dos bancos e até seu posicionamento no mercado.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Adriana et e tal. **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAÚJO, L. A. D'Á DE, JORGE NETO, P. DE M., E PONCE, D. A. S. (2005). **Competição e concentração entre os bancos brasileiros**. Revista de Economia, Set/Dez 2006

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BANCO DE MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras consolidadas**. Disponível em <http://www.bancobmg.com.br/RI/> . Acesso em 04/2011.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. **Instrução Normativa N° 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008**. Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamentos de empréstimos, e cartão de crédito, contraídos nos benefício da Previdência Social. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br> . Acesso em 30 de abril de 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009. xii.

GONZALEZ, R.B; SAVOIA, J.R. **Uma proposta de segmentação para os bancos no Brasil. Anais, vi encontro brasileiro de finanças**. Vitória, 2006. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/1526> Acesso em: 25 de abril de 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 219 p.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MERCANTIL DO BRASIL. **Demonstrações financeiras consolidadas**. Disponível em <http://www.mercantildobrasil.com.br/hpg/institucional/ri/conheca.aspx>. Acesso em 04/2011.

OREIRO, J.L.C.; BASILIO, F. (2009). “A Crise Financeira Brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira a la Minsky”. Revista de Economia Política.V. 29, pp. 146-148

PAULA, L.F.R. **Dinâmica da firma bancária em alta inflação**. Revista de Economia Política, v.17, n.1, jan - mar 1997.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito : história da evolução normativa no Brasil** / Marcos Antonio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília : BCB, 2008

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil: para cursos de contabilidade e concursos em geral**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, José Odálio dos, **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas**. São Paulo, Atlas, 2006.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Fundamentos e perspectivas da geografia**. João Pessoa: UFPB, 1997.

SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. **Spread Bancário no Brasil: uma Avaliação Empírica Recente. In Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro.** Editora Campus, 2007

SILVA, JOSÉ O. **Gestão e análise de risco de crédito.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998

SILVA, T.L.; JORGE NETO, P.M. **“Economia de Escala e Eficiência nos Bancos Brasileiros Após o Plano Real”.** Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, V. 32, No. 4

SZUSTER, CARDOSO. *ET AL.* **Contabilidade geral: Introdução à contabilidade societária.** 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ZAPAROLLI, D. **Concentração marca setor financeiro.** In: Gazeta Mercantil: 1000 Maiores Empresas da América Latina, p. 135-136, nov. 2000.

ANEXOS

CONGLOMERADO FINANCEIRO - Valores retirados do site www.bmg.com.br

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ATIVO						
Ativo circulante	2.671.675	2.817.886	3.826.719	3.938.879	5.594.165	6.203.647
Disponibilidades	12.556	56.270	87.492	64.681	59.431	85.619
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.255.154	671.877	11.452	870.407	1.663.281	1.096.256
Títulos e valores mobiliários	232.593	352.849	318.419	264.853	246.102	106.705
Relações interfinanceiras	3.625	4.565	33.998	36.810	24.660	70.233
Operações de crédito	896.739	1.391.623	1.780.265	1.820.763	260.354	3.869.941
Setor público				864		218.446
Setor Privado	1.056.436	1.562.044	1.970.568	2.055.728	2.946.213	376.495
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-159.697	-170.421	-190.303	-235.829	-342.673	-113.455
Operações de arrendamento mercantil	9.574	12.997	19.128	87.209	81.103	65.397
Arrendamento a receber - Setor privado	9.821	14.008	20.307	90.545	101.161	71.254
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de líquido duvidosa	-247	-1.011	-1.179	-3.336	-20.058	-5.857
Outros créditos	167.304	201.965	238.573	515.252	566.862	572.215
Outros valores e bens	94.130	125.740	203.024	278.904	349.186	337.281
Bens não de uso próprio	14.797	18.914	21.169	35.275	36.714	17.516
Despesas antecipadas	79.333	106.826	181.855	243.629	312.472	319.765
Não circulante					4.663.032	5.237.950
Realizável a longo prazo	1.224.263	1.733.992	2.665.072	3.140.756	459.184	5.166.923
Aplicações interfinanceiras de liquidez				2.084		91.763
Títulos e valores mobiliários	267.694	200.894	174.825	742.137	509.700	544.992
Operações de crédito				1.925.543	3.291.396	3.750.645
Operações de crédito - Setor privado	789.389	1.323.644	2.179.659	2.005.528	3.401.009	4.066.224
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				-79.985	-109.613	-315.579
Operações de arrendamento mercantil	5.118	11.687	23.644	137.598	87.666	45.437
Arrendamentos a receber - Setor privado	5.118	11.687	23.644	141.301	100.159	55.224
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa				-3.703	-12.493	-9.787
Outros créditos	128.063	151.985	172.743	244.785	557.113	576.353
Outros valores e bens - Despesas antecipadas	33.999	45.782	114.201	88.609	145.965	157.733
Permanente	56.597	67.103	105.353	112.374	71.192	71.027
Investimentos	27.019	29.656	30.527	34.501	9.047	11.725
Participação em coligada e controladas:						
No exterior	7.830	7.152	5.925	7.817	5.824	5.573
No país	17.100	20.027	21.537	23.462		2.929
Outros investimentos	2.732	3.120	3.065	3.222	3.223	3.223
Provisão para perdas sobre outros investimentos	-643	-643				
Imobilizado de uso	20.693	23.240	37.688	36.397	26.936	29.722
Imóveis de uso	16.168	16.169	16.169	16.169	16.168	16.168
Outras imobilizações de uso	20.782	26.278	45.449	44.607	37.841	44.222
Depreciação acumulada	-16.257	-19.207	-23.930	-24.379	-27.073	-30.668
Diferido	8.885	14.207	37.138	41.476	35.209	29.580
Total do Ativo	3.952.535	4.618.981	6.597.144	7.192.009	10.257.197	11.441.597

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo circulante	1.464.993	1.689.742	2.961.797	1.807.731	4.207.146	4.662.447
Depósitos	423.581	495.739	1.319.677	732.066	186.898	2.624.425
Depósitos à vista	4.088	15.766	57.571	57.980	162.840	263.061
Depósitos interfinanceiros	17.936	107.133	347.963	224.672	125.590	152.175
Depósito a prazo	401.557	372.840	914.143	449.414	158.055	2.209.189
Captações no mercado aberto - Carteira de terceiros	141.444	125.487	120.928	74.615	130.825	32.815
Recursos de aceites e emissão de títulos	141.501	147.027	26.088	171.911	686.406	385.628
Obrigações por títulos e valores mobiliários						
No exterior	141.501	147.027	26.088	171.911		
Relações interfinanceiras	251	210		285	934	1.107
Obrigações por empréstimos e repasses	74.501	52.215	52.965	65.363	62.191	65.651
Instrumentos financeiros derivativos - "Swap"					159.186	91.290
Instrumentos financeiros derivativos						
Empréstimos no país	18.536	18.088	5.240			
Empréstimos no exterior	17.094					
Obrigações por repasses - Finame	38.871	34.127	47.725	65.363		
Outras obrigações	683.715	69.064	1.442.139	763.491	1.298.624	1.461.531
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.709	3.142	4.343	2.439	6.292	6.832
Sociais e estatutárias	67.725	28.298	106.923	13.098	26.253	17.021
Fiscais e previdenciárias	211.589	140.302	284.260	130.698	357.049	383.594
Negociação e intermediação de valores	452			71		3.376
Instrumentos financeiros derivativos	86.026	204.391	141.190			
Diversas	316.214	492.931	905.423	617.185	909.030	1.050.708
Exigível a longo prazo	167.807	1.925.347	2.306.864	3.366.846	3.879.417	4.442.147
Depósitos	254.880	394.100	600.154	778.625	204.825	2.614.316
Depósitos interfinanceiros	7.081	15.210		778.625		
Depósitos a prazo	247.799	378.890	600.154		204.825	2.614.316
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.317,809	1.410,958	1.168,866	2.318,733	1.396,562	531,042
Obrigações por títulos e valores mobiliários						
No exterior	1.317,809	1.410,958	1.168,866	2.318,733		
Obrigações por empréstimos e repasses	54.069	40.088	77.961	134.962	115.155	100.103
Empréstimo no país	6.542	6.283				
Obrigações por repasses - Finame	27.527	33.805	77.961	134.962		
Instrumentos financeiros derivativos - "Swap"				56.115		153.404
Outras obrigações	51.312	80.201	459.883	78.411	110.928	1.043,282
Fiscais e previdenciárias	39.669	71.004	168.474	54.494	74.031	72.871
Instrumentos financeiros derivativos	5.540	2.757	283.830			
Diversas	6.103	6.440	7.579	23.917	36.897	970.411
Participação de acionistas minoritários	5.769	53	55	58	57	58
Patrimônio Líquido	803.703	1.003.839	1.328.428	2.017.374	2.170.577	2.336.945
Capital social - De domiciliados no país	201.850	500.000	800.000	1.399.775	1.399.577	1.399,775
Aumento de capital social	178.150	10.000				
Reservas de capital	7.719	7.919	7.903	7.535	7.535	
Reservas de lucros	415.984	485.920	520.525	610.198	763.335	936.667
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda				-134		
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos disponíveis para venda					-68	503
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	3.952.535	4.618.891	6.597.144	7.192.009	10.257.197	11.441.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas da Intermediação financeira	1.375.700	1.331.228	2.217.980	2.534.706	2.521.709	3.664.494
Despesas da Intermediação financeira	-371.425	-370.049	-291.116	-1.474.526	-439.995	-1.100.265
Resultado bruto da intermediação financeira	1.004.275	961.179	1.926.864	1.060.180	2.081.714	2.564.229
Outras receitas (despesas) operacionais	-431.216	-583.914	-1.159.807	-721.551	-1.261.673	-1.562.124
Resultado operacional	573.059	377.265	767.057	338.629	820.041	1.002.105
Resultado não operacional	430	629	2.222	407	-2.799	-3.469
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	573.489	377.894	769.279	339.036	817.242	998.636
Lucro líquido antes da participação dos acionistas minoritários	386.274	263.240	507.589	240.756	522.338	605.725
Lucro líquido do semestre/exercícios	382.839	263.236	507.588	240.748	522.344	605.723
Lucro líquido por lote de mil ações						

BALANÇOS PATRIMONIAIS MERCANTIL DO BRASIL - retirado do site www.mercantildobrasil.com.br

ATIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CIRCULANTE	3.579.137	4.134.824	5.196.674	4.736.242	5.438.539	6.347.111
DISPONIBILIDADES	50.800	60.361	59.077	55.765	72.280	87.013
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	980.337	1.148.552,000	1.500.833	1.740,253	2.059,685	2.402,079
Aplicações no Mercado Aberto	955.842	1.055.406	1.415,32	1.450,184	1.633,267	1.687,288
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.495	93.146	85.517	290.069	426.418	714.791
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	493.166	505.691	648.989	214.553	198.382	101.288
Carteira Própria	449.008	460.730	560.003	158.308	178.300	37.480
Instrumentos Financeiros Derivativos			20	8.859	324	267
Vinculados ao Banco Central		12.450	60.954			
Vinculados à Compromissos de Recompensa				15.720		35.065
Vinculados à Prestação de Garantias	44.158	32.511	28.012	122.561	19.758	28.476
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	252.293	294.017	331.070	815	148.836	206.385
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	567	420	6.234		5.100	182
Créditos Vinculados				121.721		
Depósitos no Banco Central	250.419	293.531	322.623	8	141.820	203.047
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	164	60	116	17		
Correspondentes	1.143	6	2.097	11.715	1.916	3.156
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	8.948	10.334	12.374	11.715	5.686	3.792
Transferências Internas de Recursos	8.948	10.334	12.374	2.355,763	5.686	3.792
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.546,278	1.811,916	2.334,783		2.676,887	3.134,436
Operações de crédito				10.667		
Setor Público	36.925	20.293	1.597	2.503,971	14.684	22.385
Setor Privado	1.642,692	1.939,122	2.480,811	-158,875	2.882,568	3.237,379
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-133.339	-147.499	-147.625	83	-220.365	-125.328
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	20	-47	-81		51	-59
Arrendamento a Receber:				14.480		
Setor Privado	11.299	11.060	16.236	-14.281	8.469	7.585
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-11.206	-10.957	-16.051	-116	-8.248	-7.572
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-73	(-150)	-266	194.613	-170	-72
OUTROS CRÉDITOS	209.396	261.443	249.116		241.592	356.863
Carteira de Câmbio				42.212		
Câmbio Comprado a Liquidar	19.204	40.404	54.175	219	61.433	20.250
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.050	86	2.262	-219	238	1.355
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-60	-86		2.003	-64	-1.324
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	307	828	1.139	9.022	2.325	483
Rendas a Receber	7.303	8.041	9.206		8.064	1.916
Negociação e Intermediação de Valores					1.554	426
Diversos:						
Créditos de Operações com Seguro	68.207	72.566	71.468	83.182		
Créditos Tributários	58.040	68.813	61.969	477	97.572	61.663
Devedores por Compras de Valores e Bens	7.425	3.424	2.154	3.838	1.575	2.958
Impostos a Compensar	8.854	12.080	9.990	867	8.485	189.933
Pagamentos a Ressacir	1.254	474	1.060	12.403	1.111	716
Títulos e Créditos a Receber	15.679	33.502	6.784	33.644	19.786	23.698
Devedores Diversos	22.753	22.696	28.985		37.734	53.031
Valores a Receber da Sociedades Ligados				3		
Adiantamentos e Antecipações Salariais				2.153	1.656	1.692
Outros	1.901	2.938	2.331	-191	260	216
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-3.521	-4.323	-2.407	40.936	-137	-150
OUTROS VALORES E BENS	37.899	42.547	60.513	11.444	35.140	55.314
Outros Valores e Bens	14.050	10.426	13.606	-1.377	11.369	10.953
(Provisões para Desvalorizações)	-3.260	-603	-541	30.869	-1.685	-119
Despesas Antecipadas	27.109	32.724	47.448		25.456	44.480

NÃO CIRCULANTE				1.923.816	3.125.601	2.423.278
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	928.776	1.262.803	1.877.404	3.398	2.301.503	2.997.788
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		13.590	113.047	3.398	489.389	338.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		13.590	113.047	124.783	489.389	338.591
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	35.920	39.775	117.863	21.023	138.664	227.210
Carteira Própria	35.920	39.775	110.400	103.760	138.332	226.843
Instrumentos Financeiros Derivativos			7.463	1.324,623	332	367
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	506.249	715.043	1.099,439		1.146,397	1.904,391
Operações de Crédito				47		
Setor Público	10.180	1.167	17.020	1.392,663	8.471	12.248
Setor Privado	520.639	751.765	1.113,382	-68.087	1.211,787	1.961,11
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-24.570	-37.889	-50.963	-129	-73.861	-68.968
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-37	-9			-192	-25
Arrendamento a Receber:				14.277		
Setor Privado	8.333	9.234	11.583	-14.277	7.475	8.965
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-8.333	-9.234	-11.583	-129	-7.475	-8.965
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-37	-9		421.648	-192	-25
OUTROS CRÉDITOS	436.686	489.524	525.945		490.576	432.739
Diversos:				129.971		
Créditos Tributários	111.620	114.644	128.493	301	156.253	143.433
Devedores por Compras de Valores e Bens	3.550	2.000	562	232.721	3.990	3.009
Devedores por Depósitos em Garantia	200.708	249.764	311.993	4.253	252.410	208.448
Impostos a Compensar	30	49	141	26.703	5.341	14.297
Pagamentos a Ressacir	112.949	117.183	57.605	27.704	28.926	29.797
Títulos e Créditos a Receber	7.685	5.608	26.037		43.665	33.763
Outros	432	513	1.255	-5		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-288	-237	-141	49.493	-9	-8
OUTROS VALORES E BENS	3.958	4.880	21.110	49.493	36.669	94.882
Despesas Antecipadas	3.958	4.880	21.110	133.150	36.669	94.882
PERMANENTE	162.127	159.505	173.526	1.915	121.775	127.813
INVESTIMENTOS	12.536	14.186	3.866		1.843	1.537
Participação em Coligadas e Controladas:						
Controladas no País				7.123		
Outros Investimentos	18.131	18.998	8.576	-5.208	7.071	6.988
(Provisão para Perdas)	-5.595	-4.812	-4.710	50.124	-5.228	-5.451
IMOBILIZADO DE USO	73.926	72.481	87.213	45.381	58.677	66.632
Imóveis de Uso	65.467	65.295	71.930	43.472	47.427	43.152
Outras Imobilizações de Uso	61.119	63.976	62.608	-38.729	50.275	68.265
(Depreciações Acumuladas)	-52.660	-56.790	-47.325	42.290	-39.025	-44.785
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	29.649	28.061	41.416	55.771	23.920	23.165
Bens Arrendados	39.429	36.790	53.554	-13.481	33.669	30.060
(Depreciações Acumuladas)	-9.780	-8.729	-12.138	8.203	-9.749	-6.895
DIFERIDO	46.016	44.777	41.031	12.653	6.105	3.874
Gastos de Organização e Expansão	73.325	77.864	67.729	-4.450	12.243	12.033
(Amortização Acumulada)	-29.309	-33.087	-26.698	30.618	-6.138	-8.159
INTANGÍVEL				50.978	31.230	32.605
Ativos Intangíveis				-20.360	61.276	72.747
(Amortização Acumulada)				6.793,208	-30.046	-40.142
TOTAL	4.724.040	5.557.132	7.247.604		7.861.817	9.472.712

PASSIVO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
				2.965.403		
CIRCULANTE	2.721.486	2.921.018	3.829.034	1.260.954	3.729.026	4.140.810
DEPÓSITOS	1.269.323	1.317.412	1.465.666	343.999	1.546.701	2.025.114
Depósitos à Vista	354.174	360.184	496.783	145.436	438.561	509.930
Depósitos de Poupança	185.335	173.792	181.942	129.740	155.459	187.926
Depósitos Interfinanceiros	3.403	16.064	4.402	640.172	55.260	37.284
Depósitos à Prazo	725.207	766.027	778.440	1.607	895.787	1.289.974
Outros Depósitos	1.204	1.345	4.099	1.026.132	1.634	
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	704.246	849.347	1.201.167	31.596	1.165.246	941.151
Carteira Própria				994.536		35.036
Carteira de Terceiros	704.246	849.347	1.201.167	42.240	1.165.246	906.115
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	132.880	8.842	96.518		315.533	281.206
Recursos de Letras Imobiliárias				42.240	31.578	186.970
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	132.880	8.842	96.518	42	283.955	94.236
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27	51	86	42	3.776	33
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	27	51	86	26.340	3.776	33
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	14.556	25.195	15.920	26.340	34.109	35.385
Recursos em Trânsito de Terceiros	13.909	24.551	15.346		34.109	35.385
Transferências Internas de Recursos	647	644		158.732		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	19.484	56.906	96.269	27.083	113.918	99.673
Empréstimos no País - Outras Instituições				131.649	18.384	13.414
Empréstimos no Exterior	19.484	56.906	96.269	41.166	95.534	86.259
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTUIÇÕES OFICIAIS	56.821	69.162	54.974	170	21.638	12.131
Tesouro Nacional	211	208	168		200	53
BNDES	1.119	1.131		40.996		
FINAME	55.491	67.823	54.806		21.438	8.898
Outras Instituições				14.308		3.180
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR		900	614	14.308	11.764	11.038
Repasse do Exterior (vide nota 8)		900	614	2.458	11.764	11.038
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	25.813	1.127	36.087	2.458	47.728	155.211
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.813	1.127	36.087	393.031	47.728	155.211
OUTRAS OBRIGAÇÕES	498.037	592.076	861.733	2.255	468.613	579.868
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.824	2.067	2.442		4.151	4.189
Carteira de Câmbio:				217		
Câmbio Vendido a Liquidar	2.041	86	2.266	35.911	237	1.311
Obrigações por Compra de Câmbio	18.833	40.762	56.685	-34.501	64.331	20.877
(Adiantamento sobre Contratos de Câmbio)	-17.008	-40.762	-52.063		-64.331	-18.668
(Importação Financiada - Câmbio Contrato)				20.682		-1.162
Sociais e Estatutárias	12.516	15.366	21.032	37.403	22.231	26.931
Fiscais e Previdenciárias	38.379	19.401	26.170		24.134	19.476
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	351.022	388.122	435.078	1.572		
Negociação e Intermediações de Valores	136		2		1.850	1.408
Diversas:				271.916		
Credores Diversos - País	41.262	116.812	288.768	7.914	371.987	443.536
Credores por Antecipação de Valor Residual	5.926	3.532	6.010		3.706	4.316
Débitos de Operações com Seguros e Previdência	12.861	12.489	12.121	9.309		
Obrigações por Convênios Oficiais	2.780	2.720	25.743	394	8.492	18.516
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos				28.512	630	1.161
Provisão para Pagamentos a Efetuar	26.126	30.150	27.909		21.104	27.050
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas				9.850		
Dívidas Subordinadas			7.684	302	7.338	7.338
Provisão para Passivos Contingentes				1.295		
Outras	1.339	843	1.886		2.573	2.573

NÃO CIRCULANTE				3.261.558	3.547.161	4.615.592
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.446.043	2.074.801	2.853.392	2.044.083	3.543.032	4.613.050
DEPÓSITOS	1.087.142	1.327.357	1.637.509		2.717.747	3.542.838
Depósitos Interfinanceiros				2.044.083		
Depósitos a Prazo	1.087.142	1.327.357	1.637.509	588.708	2.717.747	3.542.838
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	116.995	374.010	498.823		156.053	95.792
Recursos de Letras Imobiliárias				588.708		7.052
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	116.995	374.010	498.823	38.436	156.053	88.740
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS		15.408	28.330	618	32.944	10.498
Empréstimos no País - Outras Instituições				37.818	7.561	2.605
Empréstimos no Exterior		15.408	28.330	40.910	25.383	7.893
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	77.554	87.210	58.728	1.142	18.189	7.329
Tesouro Nacional	1.588	1.437	1.293		968	214
BNDDES	5.901	4.897		39.768		
FINAME	70.065	80.876	57.435	31.149	17.221	7.115
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR		42.744	35.394	31.149	11.142	
Repasses do Exterior (vide nota 8)		42.744	35.394	29.541	11.142	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	3	13.356	76.403	29.541	114.650	79.662
Instrumentos Financeiros Derivativos	3	13.356	76.403	488.731	114.650	79.662
OUTRAS OBRIGAÇÕES	164.349	214.716	518.205	91.740	492.307	876.931
Fiscais e Previdenciárias	90.504	151.981	195.798		121.981	98.688
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência		2.570	3.196			
Diversas:				5.406		
Credores por Antecipação de Valor Residual	3.951	3.595	3.826	99.539	5.028	2.639
Provisão para Passivos Contingentes	69.844	56.521	87.609	292.046	105.544	127.324
Dívidas Subordinadas			227.351		259.754	648.280
Outras	50	49	425	6.817		
RESULTADOS DE EXERCÍCIO FUTUROS	1.712	1.930	3.028	6.817	4.129	2.542
RESULTADOS DE EXERCÍCIO FUTUROS	1.712	1.930	3.028	559.430	4.129	2.542
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORIA	555.098	559.383	562.150	38.359	585.630	716.310
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	82.339	82.882	59.567	521.071	39.588	39.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	472.759	476.501	502.583	214.375	546.042	673.179
CAPITAL	214.375	214.375	214.375	214.375	220.360	332.760
De Domiciliados no País	214.375	214.375	214.375		220.329	332.760
Aumento de Capital					45.006	
Capital a Realizar				56.275	-44.975	
RESERVAS DE CAPITAL	56.464	56.500	56.554	14.068	56.275	17.443
Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	14.068	14.068	14.068	39.568	14.068	17.443
Subvenções para Investimentos	39.588	39.588	39.588	2.580	39.568	
Correção Monetária do Ativo Imobilizado	2.580	2.580	2.580	39	2.580	
Outras	228	264	318	26.660	39	
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	26.045	30.743	34.687	26.660	25.737	22.517
Coligadas e Controladas	26.045	30.743	34.687	223.996	25.737	22.517
RESERVAS E LUCROS	176.167	174.883	197.145	40.168	243.248	300.521
Reserva Legal	35.543	36.180	38.016	183.828	42.188	48.948
Reserva Estatutárias	140.624	138.703	159.129	41.803	201.060	251.573
Para Pagamentos de Dividendos	30.051	32.157	36.015	142.025	43.956	51.330
Para Aumento de Capital	110.573	106.546	123.114	-235	157.104	200.243
AJUSTE E VALOR DE MERCADO - TVM E DERIVATIVOS	-292		-178	6.793.208	422	-62
TOTAL	4.724.040	5.557.132	7.247.604		7.861.817	9.472.712

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas da Intermediação Financeira	999.037	1.051.223	1.177.643	1.604.202	1.368.175	1.415.171
Despesas da Intermediação Financeira	-641.943	-713.850	-638.805	-1.130.937	-641.621	-868.087
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	357.094	337.373	538.838	473.265	726.554	547.084
Outras Receitas / (despesas) Operacionais	-330.458	-283.293	478.083	-516.234	-638.176	-320.946
Resultado Operacional	26.636	54.080	60.755	-42.969	88.378	226.138
Resultado Não Operacional	7.568	1.969	19.987	100.963	-26.942	4.519
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	34.204	56.049	80.742	57.994	61.436	230.657
Impostos de Renda e Contribuição Social	-238	-12.080	-17.802	12.865	3.924	-61.735
Participações Estatutárias no Lucro	-5.606	-7.755	-21.171	-23.593	-22.495	-27.356
Participação Minoritária nas Controladas	-10.508	-16.445	-5.046	-4.232	-2.476	-6.354